

Timor-Leste - Timorese Government to shield Petroleum Fund before ratifying border treaty

*** Antonio Sampaio, of the Lusa Agency. ***

Dili, 01 Jul 2019 (Lusa) - The package of legislative changes that the Timorese Government will introduce for the ratification of the Maritime Boundary Treaty with Australia includes changes to "shield" the Petroleum Fund, according to a source familiar with the drafts.

The package includes several decree-laws needed to frame the new production-sharing contracts for the wells in the Timor Sea, changes to the tax regime and changes to adapt the labor law and migration to the oil sector.

The source of the executive who was involved in the preparation of the diplomas confirmed to Lusa that the legislative package was delivered to the prime minister on Friday and should be discussed extensively in the Council of Ministers on 8 and 9 July.

At issue are decree-laws, which after approval in the Council of Ministers will have to be promulgated by the President of the Republic and other diplomas, including amendments to laws in force, that have to go through parliament before going to the head of state.

It is an extensive legislative package that the Government wants to see promulgated and in force before 30 August, so that on the 20th anniversary of Timor-Leste's independence referendum they can be formally ratified. .

Parallel to the process in Timor-Leste is a necessary legislative process in the Australian parliament.

In order for this ratification to happen, it is necessary to approve several amendments to diplomas such as the Petroleum Fund Law, the Petroleum Activities Law, the Tax Law and the TimorGap Law, as well as other changes.

Since the signing of the treaty Timor-Leste has been negotiating with Canberra and with the operators who have projects in the Timor Sea to finalize the complex transitional arrangements for the new regime that will be formally created with ratification.

The parliament will have to pass four proposals for amendments to existing laws, one of which regulates the new fiscal framework required by the fact that Timor-Leste has sole jurisdiction of the wells in the Timor Sea zone.

Regarding the Petroleum Fund Law and the Petroleum Activities Law, the source confirmed that it "moves strictly in what is necessary to make the ratification", changing for example the references to previous treaties and starting to include references to the new boundary treaty.

In the case of the Petroleum Fund law, the amendment also transposes "what was approved with the January amendment of the Petroleum Activities Law" in order to "articulate the two laws", since the Petroleum Activities Law was changed "indirectly" from below.

In addition, he explained, and because of concerns from some sectors of the Government, including the Ministry of Finance, the amendments respond to "concerns about possible excessive exposures of the Petroleum Fund to risk".

In that sense, the same source explained, "the Petroleum Fund will be shielded," in a way that, in practice, blocks the use of the Fund to finance the project on the south coast of Timor-Leste.

Finally, Parliament will also pass through a set of amendments that will create a special regime for the oil sector under the Labor and Migration Law.

The labor law has restrictions, for example, on the number of work hours that do not apply in the petroleum sector where work is done on contracts in consecutive periods of 28 days, and it is also necessary to create a visa regime for workers in the fields now being in Timorese waters.

There are also "several contracts affected by the new border delimitation treaty", including those relating to the Bayu-Undan project, and other licenses currently operating under the Australian regime, at the western boundary of the Joint Petroleum Development Area (JPDA).

Projects that are "in different stages" and require a new Production Sharing Contract (PSC), new Government decrees and other legislative changes, both in Timor-Leste and Australia, in areas such as taxes.

The package therefore includes six new PSCs which define equivalent rights and obligations to their licensees and which, by virtue of the boundaries defined in the treaty, will pass from the joint or exclusive jurisdiction of Australia and now be under the exclusive jurisdiction of Timor-Leste.

It was necessary to transform documents that had been prepared on the basis of the Australian common law system and had to be adapted to the civil law regime applied in Timor-Leste.

These PSCs will be regulated by four decrees-laws that will have to be approved by the Council of Ministers and then promulgated by the President of the Republic.

Legislative changes include, for example, changes to regulate the pipeline linking the Bayu-Undan well to Darwin and which, under the treaty, will pass through Timor-Leste's exclusive waters.

On the one hand, it is a matter of "terminating old things and old mechanisms" and introducing new ones on "the use of the pipeline", defining, for example, that the amount of petroleum transported is counted at the exit of the field instead of refinery entrance in Darwin.

ASP // HB

Temático Timor-Leste - Governo timorense vai blindar Fundo Petrolífero antes de ratificar tratado de fronteiras

*** António Sampaio, da Agência Lusa. ***

Díli, 01 jul 2019 (Lusa) - O pacote de alterações legislativas que o Governo timorense vai introduzir para a ratificação do Tratado de Fronteiras Marítimas com a Austrália inclui mudanças para “blindar” o Fundo Petrolífero, segundo fonte conhecedora dos projetos.

Do pacote fazem parte vários decretos-leis necessários para enquadrar os novos contratos de partilha de produção para os poços no Mar de Timor, alterações ao regime tributário e mudanças para adaptar a lei do trabalho e da migração ao setor petrolífero.

Fonte do executivo que esteve envolvida na preparação dos diplomas confirmou á Lusa que o pacote legislativo foi entregue na sexta-feira ao primeiro-ministro, devendo ser debatido alargadamente em Conselho de Ministros nos dias 08 e 09 de julho.

Em causa estão decretos-leis, que depois de aprovados em Conselho de Ministros terão de ser promulgados pelo Presidente da República e outros diplomas, incluindo alterações a leis em vigor, que têm de passar pelo parlamento antes de ir ao chefe de Estado.

Trata-se de um extenso pacote legislativo que o Governo quer ver promulgado e em vigor antes do dia 30 de agosto para que nesse dia, em que se celebram os 20 anos do referendo de independência de Timor-Leste, possa ser formalmente ratificado o tratado.

Paralelamente ao processo em Timor-Leste estará a decorrer um processo legislativo necessário no parlamento australiano.

Para que essa ratificação aconteça, é necessário aprovar várias alterações a diplomas como a Lei do Fundo Petrolífero, a Lei de Atividades Petrolíferas, a Lei Tributária e a lei da Timor Gap, além de outras mudanças.

Desde a assinatura do tratado Timor-Leste tem estado a negociar com Camberra e com as operadoras com projetos no Mar de Timor para finalizar os complexos acordos de transição para o novo regime que será formalmente criado com a ratificação.

Pelo parlamento terão que passar quatro propostas de alteração a leis em vigor, uma das quais regulamenta o novo enquadramento fiscal exigido pelo facto de Timor-Leste passar a deter a jurisdição Única dos poços na zona do Mar de Timor.

No que se refere á lei do fundo petrolífero e á lei das atividades petrolíferas, fonte do executivo confirmou que se “mexe estritamente no necessário para se fazer a ratificação”, alterando por exemplo as referencias a tratados anteriores e passando a incluir referencias ao novo tratado de fronteiras.

No caso da lei do fundo petrolífero a alteração transpõe também “o que foi aprovado com a alteração de janeiro da lei de atividades petrolíferas” para assim “articular as duas leis”, já que a mudança na Lei de Atividades Petrolíferas “mexeu indiretamente” na do fundo.

Além disso, explicou, e por preocupações de alguns setores do Governo, incluindo o Ministério das Finanças, as alterações respondem a “preocupações sobre eventuais excessivas exposições do Fundo Petrolífero ao risco”.

Nesse sentido, explicou a mesma fonte, “vai-se fechar, blindar o Fundo Petrolífero” de uma forma que, na prática, trava o recurso ao fundo para financiar o projeto da costa sul de Timor-Leste.

Finalmente, passará igualmente pelo parlamento um conjunto de alterações que criarão um regime especial para o setor petrolífero no âmbito da lei do trabalho e da migração.

A lei do trabalho tem restrições, por exemplo, ao número de horas de trabalho que não se aplicam no setor petrolífero onde o trabalho é feito por empreitadas em períodos consecutivos de 28 dias, sendo necessário igualmente criar um regime de vistos para os trabalhadores dos campos petrolíferos que passam agora a estar em Águas timorenses.

Em causa estão ainda “vários contratos afetados pelo novo tratado de delimitação de fronteiras”, incluindo os referentes ao projeto do Bayu Undan, e outras licenças que estão atualmente a funcionar sob o regime australiano, no limite ocidental da Zona Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (JPDA).

Projetos que estão “em diferentes fases” e que obrigam a ter um novo Contrato de Partilha de Produção (PSC), novos decretos do Governo e outras alterações legislativas, tanto em Timor-Leste, como na Austrália, em áreas como impostos.

Do pacote fazem parte, por isso, seis novos PSC que definem direitos e obrigações equivalentes aos concessionários das licenças de e que, por força das fronteiras definidas no tratado, passam de estar sob jurisdição conjunta ou exclusiva da Austrália e passam a estar sob jurisdição exclusiva de Timor-Leste.

Para isso foi necessário transformar documentos que tinham sido preparados com base no sistema legislativo australiano (common law) e que tiveram de ser adaptados ao regime, civilista, aplicado em Timor-Leste.

Esses PSC serão regulamentados por quatro decretos-leis que terão de ser aprovados em Conselho de Ministros e depois promulgados pelo Presidente da República.

Entre as mudanças legislativas contam-se, por exemplo, mudanças para regular o gasoduto que liga o poço de Bayu Undan a Darwin e que com o tratado passará a atravessar águas exclusivas de Timor-Leste.

Por um lado, trata-se de “terminar coisas antigas e mecanismos antigos” e introduzir novos sobre a “utilização do gasoduto”, definindo, por exemplo, que a quantidade de petróleo transportada passa a ser contada á saída do campo em vez de á entrada da refinaria em Darwin.

ASP // HB

Lusa/Fim